

INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR

- Acção Executiva

[Decreto-lei n.º 226/2008 de 20 de Novembro](#) Ministério da Justiça

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 18/2008](#) de 21 de Abril, altera, no que respeita à acção executiva, o Código de Processo Civil, os Estatutos da Câmara dos Solicitadores e da Ordem dos Advogados e o registo informático das execuções

- Actividade Funerária

[Decreto-Lei n.º 109/2010 de 14 de Outubro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária, revogando o [Decreto-Lei n.º 206/2001](#), de 27 de Julho

- Arrendamento

[Portaria n.º 9/2013 de 10 de Janeiro](#), Ministério da Justiça

Sumário: Regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo

[Portaria n.º 7/2013 de 10 de Janeiro](#), Ministérios das Finanças e da Justiça

Sumário: Determina a composição do mapa de pessoal do Balcão Nacional do Arrendamento

[Decreto-lei n.º 1/2013 de 7 de Janeiro](#), Ministério da Justiça

Sumário: Procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo

[Decreto-lei n.º 266-C/2012 de 31 de Dezembro](#), Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sumário: Procede à adaptação à [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela [Lei n.º 31/2012](#), de 14 de agosto, do [Decreto-Lei n.º 158/2006](#), de 8 de agosto, que estabelece os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e de atribuição do subsídio de renda, e do



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

[Decreto-Lei n.º 160/2006](#), de 8 de agosto, que regula os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração

[Decreto-lei n.º 266-B/2012 de 31 de Dezembro](#), Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sumário: Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os [Decretos-Leis n.ºs 156/2006](#), de 8 de agosto, e [161/2006](#), de 8 de agosto

[Lei n.º 31/2012 de 14 de Agosto](#), Assembleia da República

Sumário: Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro

[Lei n.º 30/2012 de 14 de Agosto](#), Assembleia da República

Sumário: Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[Decreto-lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro](#) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sumário: No uso da autorização concedida pela [Lei n.º 95-A/2009](#), de 2 de Setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana

[Decreto-lei n.º 306/2009 de 23 de Outubro](#) Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: No uso da autorização concedida pela [Lei n.º 95-A/2009](#), de 2 de Setembro, procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[Lei n.º 6/2006 de 27 de Fevereiro](#) Assembleia da República

Sumário: Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o [Decreto-Lei n.º 287/2003](#) de 12 de Novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial.

- [Centros de Inspeção de Veículos](#)

[Decreto- Lei n.º 48/2010 de 11 de Maio](#), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sumário:

Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e funcionamento dos centros de inspeção e revoga o [Decreto-Lei n.º 550/99](#), de 15 de Dezembro.

- Comunicações Electrónicas

[Lei n.º 46/2012](#), Assembleia da República

Sumário: Transpõe a Diretiva n.º [2009/136/CE](#), na parte que altera a Diretiva n.º [2002/58/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 41/2004](#), de 18 de agosto, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 7/2004](#), de 7 de janeiro

[Lei N.º 51/2011 de 13 de Setembro](#), Assembleia da República

Sumário: Altera a Lei das Comunicações Electrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Directivas n.os [2002/19/CE](#), [2002/20/CE](#), [2002/21/CE](#), [2002/22/CE](#) e [2009/140/CE](#)

[Portaria n.º 694/2010 de 16 de Agosto](#), Ministério da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sumário: Procede à terceira alteração da [Portaria n.º 469/2009](#), de 6 de Maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação electrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas colectivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado e revoga a [Portaria n.º 131/2010](#), de 2 de Março

[Decreto - Lei n.º 56/2010 de 1 de Junho](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento dos aparelhos que permitem o acesso a serviços de comunicações electrónicas, garantindo os direitos dos utilizadores e promovendo uma maior concorrência neste sector

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça N.º 1/2010 de 21 de Janeiro](#), Supremo Tribunal de Justiça.



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Nos termos do disposto na redacção originária do n.º 1 do artigo 10.º da [Lei n.º 23/96](#), de 26 de Julho, e no n.º 4 do artigo 9.º do [Decreto-Lei n.º 381 A/97](#), de 30 de Dezembro, o direito ao pagamento do preço de serviços de telefone móvel prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

[Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro](#),
Assembleia da República

Sumário: Lei das Comunicações Electrónicas

- Custas Processuais

[Lei n.º 7/2012 de 13 de Fevereiro](#), Assembleia da República

Sumário: Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de Fevereiro

- Eficiência Energética

[Decreto-Lei n.º 63/2011 de 9 de Maio](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece as medidas de informação a prestar ao utilizador final através de etiquetagem e outras indicações sobre o consumo de energia, transpondo a Directiva n.º [2010/30/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio

[Decreto-lei n.º 110/2010 de 14 de Outubro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Sumário: Determina a extinção do mecanismo da conta de hidraulicidade, estabelece as regras transitórias a adoptar até à extinção do mesmo e revoga o [Decreto-Lei n.º 338/91](#), de 10 de Setembro.

[Portaria N.º 26/2011 de 10 de Janeiro](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sumário: Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética

[Decreto-lei n.º 104/2010 de 29 de Setembro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece o procedimento aplicável à extinção das tarifas reguladas de venda de electricidade a clientes finais com consumos em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) e



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 29/2006](#), de 15 de Fevereiro, e à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 172/2006](#), de 23 de Agosto

[Portaria n.º 765/2010 de 20 de Agosto](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece o regime dos serviços de garantia de potência que os centros electroprodutores em regime ordinário podem prestar ao Sistema Eléctrico Nacional

[Decreto-lei n.º 319/2009 de 3 de Novembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2006/32/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos públicos e que visa incrementar a relação custo-eficácia na utilização final de energia

- [Estabelecimentos de Restauração e Bebida](#)

[Portaria n.º 215/2011 de 31 de Maio](#), Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, incluindo aos integrados em empreendimentos turísticos e às secções acessórias de restauração ou de bebidas instaladas em estabelecimentos comerciais com outra actividade

- [Horários das Superfícies Comerciais](#)

[Decreto-Lei n.º 7/2011 de 10 de Janeiro](#), Ministério da Saúde

Sumário: Dispõe que a abertura de farmácias se pode fazer vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, em articulação com o regime de turnos, alterando o [Decreto-Lei n.º 53/2007](#), de 8 de Março

[Decreto-Lei n.º 111/2010 de 15 de Outubro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Modifica o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, procedendo à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 48/96](#), de 15 de Maio, e revogando a [Portaria n.º 153/96](#), de 15 de Maio.

- [Obrigatoriedade do uso da língua portuguesa](#)

[Decreto-lei n.º 238/86 de 19 de Agosto](#) Ministério da Indústria e Comércio



UNIAO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Determina que as informações sobre a natureza, características e garantias de bens ou serviços oferecidos ao público no mercado nacional devam ser prestadas em língua portuguesa.

- Pagamentos

[Decreto-Lei n.º 317/2009 de 30 de Outubro](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 84/2009](#), de 26 de Agosto, aprova o regime jurídico relativo ao acesso à actividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2007/64/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro

- Pagamento de Juros de Mora pelo Estado

[Lei n.º 3/2010 de 27 de Abril](#), Assembleia da República

Sumário: Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária.

- Rotulagem

Géneros Alimentícios

[Decreto-Lei n.º 74/2010 de 21 de Junho](#), Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sumário: Estabelece o regime geral dos géneros alimentícios destinados a alimentação especial, transpondo a Directiva n.º [2009/39/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio

[Decreto-lei n.º 199/2008 de 8 de Outubro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2007/45/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro, que estabelece as



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

regras relativas às quantidades nominais aplicáveis a produtos pré-embalados, estabelecendo gamas obrigatórias para vinhos e bebidas espirituosas

[Regulamento \(CE\) n.º 1924/2006 de 20 de Dezembro](#) Conselho Europeu e Parlamento Europeu

Sumário: Relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos

[Decreto-lei n.º 37/2006 de 20 de Fevereiro](#) Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2005/63/CE](#), da Comissão, de 3 de Outubro, que rectifica a Directiva n.º [2005/26/CE](#), no que se refere à lista de ingredientes e substâncias alimentares provisoriamente excluídos no anexo III-A da Directiva n.º [2000/13/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, e altera pela primeira vez o [Decreto-Lei n.º 195/2005](#) de 7 de Novembro

[Decreto-lei n.º 167/2004 de 7 de Julho](#) Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2003/120/CE](#), da Comissão, de 5 de Dezembro, relativa à rotulagem nutricional dos géneros alimentícios

[Decreto-lei n.º 229/2003 de 17 de Setembro](#) Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2000/36/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Junho, relativa aos produtos de cacau e de chocolate destinados à alimentação humana

[Decreto-lei n.º 560/99 de 18 de Dezembro](#) Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [97/4/CE](#), do Conselho, de 27 de Janeiro, e a Directiva n.º [1999/10/CE](#), da Comissão, de 8 de Março, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final. * *Nota: Este decreto-lei foi alterado pelo Decreto-lei n.º 183/2002 de 20 de Agosto, pela Declaração de Rectificação n.º 31/2002 de 7 de Outubro, pelo Decreto-lei n.º 50/2003 de 25 de Março, pelo Decreto-lei n.º 126/2005 de 5 de Agosto, pelo Decreto-lei n.º 148/2005 de 29 de Agosto e pelo decreto-lei n.º 195/2005 de 7 de Novembro.*

- **Transportes**

Aluguer de Veículos

[Decreto-Lei n.º 181/2012 de 6 de Agosto](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Aprova o regime do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por rent-a-car, revogando o [Decreto-Lei n.º 354/86](#), de 23 de outubro

Taxis

[Decreto-lei n.º 41/2003 de 11 de Março](#) Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 251/98](#) de 11 de Agosto, que regula a actividade de transportes em táxi

[Decreto-lei n.º 251/98 de 11 de Agosto](#) Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Sumário: Regulamenta o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi

Ferrovíarios

[Decreto-lei n.º 58/2008 de 26 de Março](#) Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sumário: Estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens